



Relatório Anual

2011

ÍNDICE

- 3 INTRODUÇÃO
- 6 COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA, DO CONSELHO DELIBERATIVO E DO CONSELHO FISCAL
- 7 INSTITUIDORES DO PLANO DE BENEFÍCIOS DO ADVOGADO - PREVER
- 8 PANORAMA ECONÔMICO

RESULTADO DO PLANO EM 2011

- 12 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS
- 24 INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO
- 24 INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
- 26 RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS
- 27 PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
- 29 PARECER DO CONSELHO FISCAL
- 30 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
- 31 GLOSSÁRIO
- 33 ANEXO – PARECER ATUARIAL

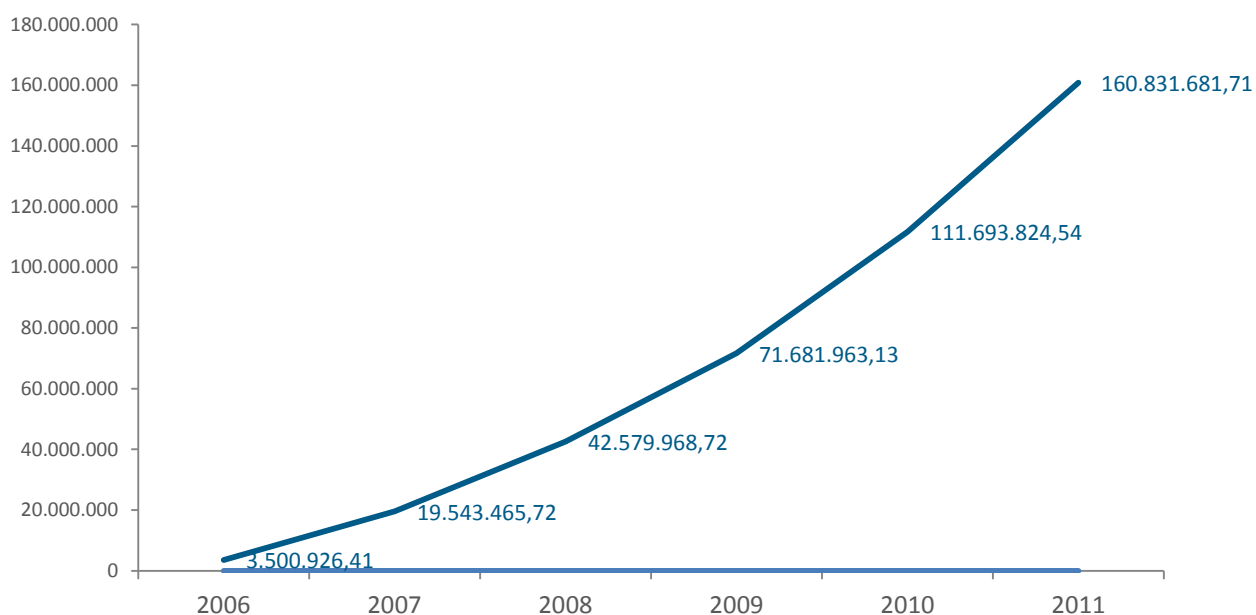
INTRODUÇÃO

A Diretoria Executiva do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP - Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPrev-SP, em cumprimento aos dispositivos legais, apresenta o relatório anual de suas atividades durante o ano de 2011.

O OABPrev-SP exerce um papel de destaque no ramo dos instituidores que operam no Regime de Previdência Complementar, sendo o maior Fundo de Pensão instituidor em número de Participantes Ativos.

No decorrer do ano, o OABPrev-SP manteve seu ritmo de crescimento e hoje conta com os seguintes números:

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (EM R\$ MILHÕES)



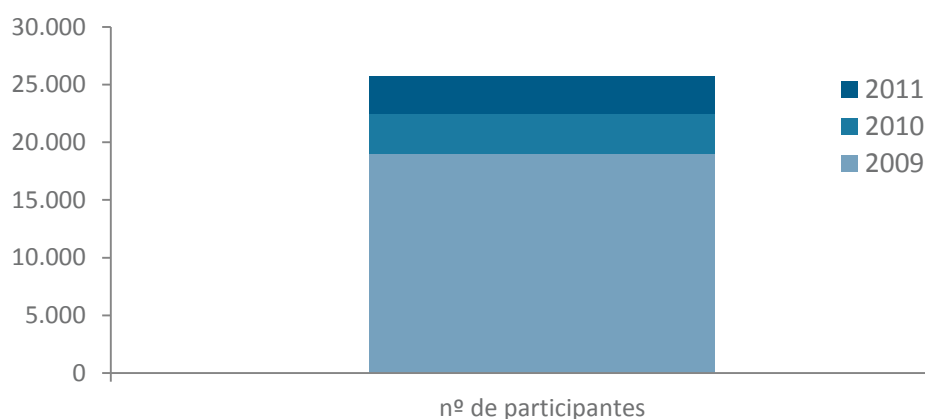
Encerramos o exercício de 2011 com 25.774 Participantes Ativos, consolidando uma gestão moderna com foco nos resultados e no cliente.

Ativos

INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2009	2010	2011
Nº de Participantes*	19.039	22.506	25.774
Idade média (anos)	35,76	36,21	36,7
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	1,77	2,33	2,88
Contribuição média	R\$ 120,57	R\$ 128,45	R\$ 140,22
Saldo individual médio	R\$ 3.562,33	R\$ 4.569,79	R\$ 5.823,54

(*) Valores não contemplam Participantes cancelados, os quais estão aguardando resgate.

Diante da tabela acima, percebe-se que a entidade teve um aumento no número de Participantes Ativos em 2011 na ordem de 14,52%, quando comparado com o exercício de 2010.

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE PARTICIPANTES ATIVOS**Assistidos**

INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2009	2010	2011
Nº de Assistidos	4	10	13
Idade média (anos)	53,50	49,90	51,54
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	3,39	3,97	4,91
Benefício médio	R\$ 2.236,61	R\$ 2.344,07	R\$ 1.951,90
Saldo individual médio	R\$ 379.136,05	R\$ 351.057,69	R\$ 282.575,44

Pensionistas

INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2009	2010	2011
Nº de Pensionistas	10	27	32
Idade média (anos)	43,50	38,63	38,75
Benefício médio	R\$ 888,40	R\$ 894,10	R\$ 872,71
Saldo individual médio	R\$ 91.214,74	R\$ 99.924,14	R\$ 90.130,12

Sobre os custos despendidos pela Entidade em 2011, segue abaixo a tabela Realizado x Orçado:

		REALIZADO 2011	ORÇADO 2011	VARIAÇÃO %
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	Despesas diversas	R\$ 197.246,14	R\$ 488.531,34	40%
	Pessoal e encargos	R\$ 201.390,27	R\$ 189.962,88	106%
	Taxas bancárias	R\$ 507.011,75	R\$ 300.000,00	169%
	Total	R\$ 905.648,16	R\$ 978.494,22	93%
REPASSES CONTRATUAIS	Icatu Administração de Benefícios Previdenciários	R\$ 2.887.280,99	R\$ 1.462.406,55	197%
	Mongeral S/A Seguros e Previdência	R\$14.514.051,32	R\$ 16.587.432,36	88%
	Total	R\$17.401.332,31	R\$ 18.049.838,91	96%
Arrecadação previdenciária totais		R\$ 41.508.120,82	R\$ 35.262.775,62	118%
Totais gerais		R\$ 59.815.101,29	R\$ 54.291.108,75	110%

Desde o início do funcionamento da entidade, em abril de 2006, muito já se fez para fortalecer as relações com os Participantes, de modo a aperfeiçoar os serviços prestados. Para isso, contamos com a participação ativa dos advogados.

Como nos demais anos, o relatório anual tem por objetivo prestar informações referentes às atividades desenvolvidas pela entidade. Com o envio do documento, a OABPrev-SP mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com transparência.

Boa Leitura!

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA, DO CONSELHO DELIBERATIVO E DO CONSELHO FISCAL

DIRETORIA EXECUTIVA

NOME	CONDIÇÃO	AETQ	INÍCIO MANDATO	FIM MANDATO
Luís Ricardo Marcondes Martins	Diretor Presidente	Não	14/09/2011	14/09/2014
Marco Antonio Cavezzale Curia	Diretor Financeiro	Sim	14/09/2011	14/09/2014
Daniel Blikstein	Diretor Adm. e Benefícios	Não	26/01/2012	14/09/2014

CONSELHO DELIBERATIVO

NOME	CONDIÇÃO	INÍCIO MANDATO	FIM MANDATO
Jarbas Antonio de Biagi	Presidente	14/09/2011	14/09/2014
Adriana de Carvalho Vieira	Suplente	14/09/2011	14/09/2014
Roberto Eiras Messina	Titular	14/09/2011	14/09/2014
Luís Fernando Feola Lencioni	Suplente	14/09/2011	14/09/2014
Marcos Aurélio Pinto	Titular	14/09/2011	14/09/2014
Erika Cassinelli Palma	Suplente	14/09/2011	14/09/2014
Rogério Aguirre Neto	Titular	14/09/2011	14/09/2014
Paulo José Carvalheiro	Suplente	14/09/2011	14/09/2014
Edilson Rinaldo Merli	Titular	14/09/2011	14/09/2014
José Arnaldo Carotti	Suplente	14/09/2011	14/09/2014
Jairo Haber	Titular	14/09/2011	14/09/2014
Marcelo Sampaio Soares	Suplente	14/09/2011	14/09/2014

CONSELHO FISCAL

NOME	CONDIÇÃO	INÍCIO MANDATO	FIM MANDATO
Aparecida Ribeiro Garcia Pagliarini	Presidente	14/09/2011	14/09/2014
José Valente Neto	Suplente	14/09/2011	14/09/2014
Luiz Augusto Rocha de Moraes	Titular	14/09/2011	14/09/2014
Fabiana Nunes	Suplente	14/09/2011	14/09/2014
Cláudio Bini	Titular	14/09/2011	14/09/2014
Janete Sanches Morales	Suplente	14/09/2011	14/09/2014

INSTITUIDORES DO PLANO DE BENEFÍCIOS DO ADVOGADO - PREVER

(EM 31/12/2011)

PLANO DE BENEFÍCIOS DO ADVOGADO - PREVER	CNPB nº 2005.0042-11
INSTITUIDORES	DATA ADESÃO
Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de São Paulo	07/10/2005
Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo	07/10/2005
Ordem dos Advogados do Brasil - Secção do Amazonas	21/11/2006
Caixa de Assistência dos Advogados do Amazonas	21/11/2006
Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de Pernambuco	16/10/2007
Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco	16/10/2007
Ordem dos Advogados do Brasil - Secção Piauí	19/12/2007
Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Piauí	19/12/2007
Ordem dos Advogados do Brasil - Secção do Ceará	19/12/2007
Caixa de Assistência dos Advogados do Ceará	19/12/2007
Ordem dos Advogados do Brasil - Secção do Estado de SE	08/07/2008
Caixa de Assistência dos Advogados de Sergipe	08/07/2008
Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Rio Grande do Norte	28/08/2008
Caixa de Assistência dos Advogados do Rio Grande do Norte	28/08/2008
Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Alagoas	03/08/2011
Caixa de Assistência dos Advogados de Alagoas	03/08/2011

PANORAMA ECONÔMICO

Após forte crescimento econômico de 7,5% em 2010, a expansão do PIB brasileiro desacelerou significativamente para 2,7% em 2011. Foi especialmente no segundo semestre do ano, coincidindo com o agravamento da crise financeira em alguns países da Zona do Euro, que a economia brasileira perdeu dinamismo. Na verdade, o crescimento interanual do PIB vem desacelerando desde o segundo trimestre de 2010. O ano de 2011 começou com crescimento de 4,2% no primeiro trimestre contra o mesmo período do ano anterior e terminou com crescimento bastante anêmico de 1,4%. Cabe ressaltar, no entanto, que o crescimento trimestral na série com ajuste sazonal (contra o trimestre imediatamente anterior) foi sempre positivo, exceto pelo desempenho do terceiro trimestre do ano. A boa notícia é que no último trimestre de 2011, o PIB voltou a crescer em relação ao trimestre anterior.

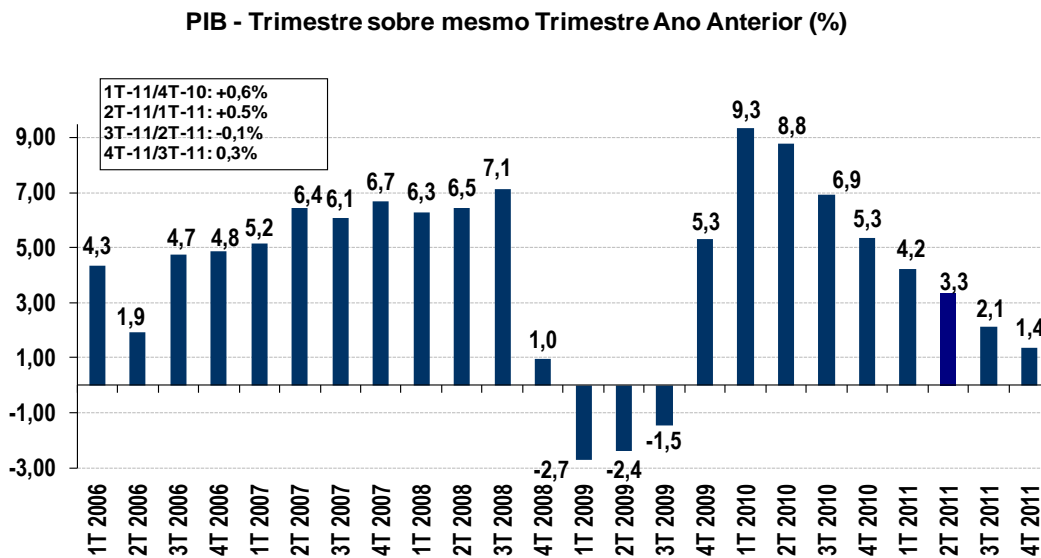


Figura 1 - Fonte: IBGE

O Brasil cresceu menos que a média de crescimento das economias emergentes que, de acordo à última estimativa do Fundo Monetário Internacional, teria sido de 6,2%. De todo modo, dado o baixo crescimento demográfico do país, o PIB per *capita* continuou a se expandir, desta vez à taxa de 1,8%, chegando a R\$21.252 no ano. O consumo das famílias brasileiras tem se mantido bastante aquecido, em função da redução significativa da taxa de desemprego, da expansão do crédito e do aumento constante da massa salarial em termos reais. Assim, em todos os trimestres o consumo cresceu a taxas bem maiores do que as do PIB em si. As importações ajudaram a cobrir o hiato entre o que as famílias demandavam e aquilo que era produzido dentro das fronteiras do Brasil. Dessa forma, pelo aquecimento da demanda interna, a inflação acelerou, mas não tanto quanto teria sido o caso se não tivesse havido expansão de importações.

É amplamente sabido que a taxa de crescimento de 7,5% do ano de 2010 não era uma taxa sustentável com estabilidade de preços, tendo em vista as enormes deficiências em infraestrutura e a ainda baixa taxa de investimento do Brasil. Por outro lado, o crescimento de 2,7% registrado em 2011 está bastante aquém da taxa de crescimento possível para o país. Embora não se tenha um número exato, essa taxa estaria entre 4% e 5% ao ano. Mas, entre outros motivos, 2011 foi um ano em que a economia europeia

voltou a gerar muitas incertezas, no qual a maioria dos países daquele continente registrou taxas negativas de crescimento já no último trimestre do ano. O excesso de liquidez que foi injetado nos mercados, pelos bancos centrais dos países avançados, para evitar problemas financeiros maiores, acabou contribuindo para valorizar muito o Real e a indústria sofreu as consequências.

Com efeito, a produção industrial no Brasil cresceu até o primeiro trimestre do ano passado e depois desacelerou significativamente. Assim, depois de ter crescido 10,5% em 2010, a produção industrial fechou 2011 praticamente estagnada, com expansão de apenas 0,3%. Dentre os setores industriais, o que registrou melhor desempenho foi a indústria produtora de bens de capital, o que não deixa de ser uma boa notícia, pois reflete algum dinamismo no tão necessário investimento.

Se por um lado o PIB não cresceu tanto quanto se esperava no início do ano, o bom desempenho do consumo das famílias refletiu o excelente desempenho do mercado de trabalho. A taxa de desemprego tem caído sistematicamente para níveis historicamente baixos, de modo que vários setores já se queixam a muito tempo da falta de mão de obra em geral, e pior ainda quando se trata de mão de obra com determinados requisitos de qualificação. O fato é que a taxa de desemprego chegou à marca de apenas 4,7% em dezembro de 2011. Essa taxa tinha sido de 5,3% um ano antes e chegou a 12,8% durante o primeiro mandato do governo do Presidente Lula. Tendo em vista que o mercado de trabalho está tão aquecido, o rendimento real médio das pessoas ocupadas tem crescido acima da inflação. Em 2011, cresceu 2,5% em termos reais e alcançou R\$1.672 em dezembro na média.

Apesar da desaceleração no crescimento do PIB, o mercado de trabalho superaquecido contribuiu para que a trajetória da inflação fosse bastante preocupante durante boa parte do ano. Com efeito, a taxa de inflação em doze meses, de acordo com os preços ao consumidor do IPCA, ficou acima do teto da meta de 6,5% oito meses seguidos, entre abril e novembro do ano passado. Chegou a um pico de 7,31% em setembro e fechou exatamente no limite de 6,5% em dezembro. Em 2010, já tinha fechado acima da meta central de 4,5% (5,91%), e como as expectativas de mercado para 2012 e 2013 já estavam acima da meta central em fins de do ano passado, é muito provável que tenhamos pelo menos quatro anos seguidos de incumprimento da meta de inflação. Já o IGP-M que corrige vários contratos – entre eles os aluguéis – é muito mais volátil e passou de uma deflação de 1,72% em 2009 para uma inflação de dois dígitos em 2010 (11,32%) e subiu para 5,10% no fechamento de 2011.

Tendo em vista o afastamento do IPCA do centro da meta de 4,5%, estabelecido no regime de metas de inflação, o Banco Central tinha começado um processo gradual de aperto monetário em abril de 2010, elevando a taxa Selic dos 8,75% ao ano em que se encontrava à época para 12,50% ao ano em julho de 2011. Contudo, apesar da trajetória nada benigna da inflação, em agosto de 2011 o Banco Central surpreendeu o mercado e adotou novo processo de distensão monetária. A alegação era que o agravamento da crise internacional teria efeitos deflacionários sobre os preços na economia brasileira. Assim, a taxa de juros de referência fechou o ano em 11%. Ao contrário de 2010, a política fiscal de 2011 foi mais austera e isso algo contribuiu para evitar um descontrole maior da inflação. Se a política fiscal aprofundar o ajuste, gerando maiores superávits primários e evitando forte expansão de crédito via BNDES, a política monetária poderia ser menos estrita e ainda assim seria possível que a inflação convergisse para a meta. Entretanto, este não é o nosso cenário de referência. Com o *mix* atual de política econômica, a nossa expectativa é que o IPCA convirja para o *mix* atual de política econômica na melhor das hipóteses e 2011, apesar do aumento constante da inflação corrente e as próprias expectativas de inflação futura. De fato, antes da primeira reunião do Comitê de Política Monetária do

Banco Central (COPOM), em janeiro deste ano, já se sabia que o IPCA tinha fechado em uma perigosa taxa a meta central de 4,5% apenas no final de 2013 ou início de 2014.

Em termos das necessidades de financiamento externo, o Brasil encontra-se em uma situação extremamente confortável para enfrentar uma potencial nova crise de liquidez internacional, se a Europa não conseguir resolver os seus problemas. Com efeito, o nível de reservas internacionais do Banco Central do Brasil encontra-se em patamar bem elevado: acima de US\$350 bilhões.

Por fim, apesar da distensão monetária, a nossa expectativa de crescimento do PIB em 2012 não é maior a 3%, mas com aceleração do crescimento no segundo trimestre do ano, levando a um crescimento em torno de 4,5% em 2013.

(Panorama Econômico realizado por Victoria Werneck – Economista Chefe do grupo Icatu Seguros)

RESULTADOS DO PLANO EM 2011

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇO PATRIMONIAL					R\$ MIL
ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Disponível	665	3303	Exigível operacional	1955	1492
Realizável	162.101	109.859	Gestão previdencial	1753	1341
Gestão previdencial	-	82	Gestão administrativa	202	151
Investimentos	3	3			
Investimentos	162.098	109.774	Patrimônio social	160.831	111.694
Fundos de investimento	162.098	109.774	Patrimônio de cobertura do plano	157.026	109.347
			Provisões matemáticas	157.026	109.347
Permanente	21	24	Benefícios concedidos	6.557	6.209
Imobilizado	21	24	Benefícios a conceder	150469	103138
			Fundos	3805	2347
			Fundos administrativos	3805	2347
Total do ativo	162.786	113.186	Total do passivo	162.786	113.186

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO SOCIAL				R\$ MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIÇÃO %	
A) Patrimônio social - início do exercício	111.694	71.682	55,82	
1. Adições	56.358	46.792	20,45	
(+) Contribuições previdenciais	41.496	36.404	13,99	
(+) Resultado positivo dos investimentos Gestão previdencial	10.916	6.961	56,83	
(+) Receitas administrativas	3.659	3.427	6,76	
(+) Resultado Positivo dos Investimentos Gestão Administrativa	287	-	-	
2. Destinações	-7.221	-6.780	6,5	
(-) Benefícios	-4.733	-4.418	7,13	
(-) Despesas administrativas	-2.488	-2.362	5,34	
3. Acréscimo/Decréscimo no patrimônio social (1+2)	49.137	40.010	22,81	
(+/-) Provisões matemáticas	47.679	38.947	22,42	
(+/-) Fundos Administrativos	1.458	1.065	36,87	
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	160.831	111.694	43,99	

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO			R\$ MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
A) Ativo Líquido - início do exercício	109.347	70.400	55,32
1. Adições	52.412	43.920	19,34
(+) Contribuições	41.496	36.959	12,27
(+) Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	10.916	6.961	56,83
2. Destinações	-4.733	-4.973	-4,85
(-) Benefícios	-5	-4.418	7,13
(-) Custeio administrativo	-	-555	-100
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	47.679	38.947	22,42
(+/-) Provisões matemáticas	47.679	38.947	22,42
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	157.026	109.347	43,6
C) Fundos não previdenciais	3.805	2.347	62,14
(+/-) Fundos Administrativos	3.805	2.347	62,14

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS			R\$ MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
1. Ativos	162.584	113.035	43,83
Disponível	648	832	-22,09
Recebível	3.805	2.429	56,68
Investimento	158.131	109.774	44,05
Fundos de investimento	158.131	109.774	44,05
2. Obrigações	1.753	1.341	30,64
Operacional	1.753	1.341	30,64
3. Fundos não previdenciais	3.805	2.347	62,14
Fundos administrativos	3.805	2.347	62,14
5. Ativo líquido (1-2-3)	157.026	109.347	43,6
Provisões matemáticas	157.026	109.347	43,6

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA			R\$ MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
A) Fundo administrativo do exercício anterior	2.347	1.281	83,14
1. Custeio da gestão administrativa	3.946	3.427	15,14
1.1. Receitas	3.946	3.427	15,14
Custeio administrativo da gestão previdencial	-	556	-100
Custeio administrativo dos investimentos	1.843	1.323	39,31
Resultado positivo dos investimentos	287	-	-
Outras receitas	1.816	1.548	17,28
2. Despesas administrativas	-2.488	-2.362	5,34
2.1. Administração previdencial	-905	-1.217	-25,62
Pessoal e encargos	-201	-179	12,63
Treinamentos/congressos e seminários	-16	-2	955,83
Viagens e estadias	-20	-18	-11,4
Serviços de terceiros	-371	-806	-53,98
Despesas gerais	-293	-209	40,16
Depreciações e amortizações	-4	-4	2,63
2.2. Administração dos investimentos	-1.583	-1.145	38,26
Serviços de terceiros	-1.583	-1.145	38,26
4. Sobre/Insuficiência da gestão administrativa (1-2-3)	1.458	1.065	36,87
5. Constituição/Reversão do fundo administrativo (4)	1.458	1.065	36,87
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5)	3.805	2.347	62,14

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
Patrimônio de cobertura do plano (1 + 2)	157.026	109.347	43,6
1. Provisões matemáticas	157.026	109.347	43,6
1.1. Benefícios concedidos	6.557	6.209	5,62
Contribuição definida	6.557	6.209	5,62
1.2. Benefício a conceder	150.469	103.138	45,89
Contribuição definida	150.469	103.138	45,89
Saldo de contas - parcela participantes	150.469	103.138	45,89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Apresentação

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPREV-SP é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, dotada de autonomia patrimonial, financeira e administrativa, regida por Estatuto, pelos regulamentos dos planos de benefícios por ela operados e pela legislação em vigor, constituída em 10 de outubro de 2005, por meio da portaria nº 253 publicada no DUO em 11/10/2005, nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

As atividades iniciaram em 6 de abril de 2006, sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001 e normas subsequentes, instituída pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de São Paulo, e pela Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – CAASP, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Amazonas; Caixa de Assistência dos Advogados do Amazonas, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Pernambuco, Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Piauí, Caixa de Assistência dos Advogados do Piauí, Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Sergipe, Caixa de Assistência dos Advogados do Sergipe, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Rio Grande do Norte, Caixa de Assistência dos Advogados do Rio Grande do Norte, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Alagoas, Caixa de Assistência dos Advogados de Alagoas, todas instituidoras do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PREVER.

Em observância ao artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o OABPREV-SP não distribui dividendos, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPREV-SP, possui apenas o plano de benefício na modalidade de contribuição definida, denominado Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PREVER.

1.2. Objetivos

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, O OABPREV-SP tem por objetivos principais a organização e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária em favor dos participantes e poderá aceitar doações, com ou sem encargos, e estabelecer acordos e convênios com entidades públicas e privadas, objetivando o melhor cumprimento de suas finalidades.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes e comissões sobre a venda de coberturas de risco e da remuneração dos seus ativos.

1.3. Participantes

Em 31 de dezembro de 2011, o total de participantes ativos era de 26.143 (22.506 em 2010), sendo 15.321 (13.287 em 2010) do sexo masculino e 10.822 (9.219 em 2010) do sexo feminino. A idade média dos participantes ativos é igual a 36,58 anos (36,21 em 2010).

1.4. Características do plano

O plano de benefícios foi constituído de acordo com as características do plano de contribuição definida, cujos benefícios são calculados com base no fundo formado pelas contribuições individuais de cada participante, acrescidas dos respectivos rendimentos líquidos.

1.5. Benefícios

O plano estabelece a concessão dos seguintes benefícios: (a) aposentadoria programada; (b) aposentadoria por invalidez; e (c) pensão por morte do participante ativo ou assistido.

1.6. Forma de custeio (financiamento) do plano

Contribuição básica - contribuição efetuada pelo participante de caráter mensal e obrigatório, tendo um valor mínimo de R\$50,00 (cinquenta reais).

Contribuição eventual - contribuição efetuada pelo participante ou seu empregador, de caráter facultativo, livremente escolhida e recolhida na mesma data da contribuição básica.

Contribuição de risco - contribuição destinada a cobrir a parcela adicional de risco, de caráter facultativo, contratada pelo OABPREV-SP com a Mongeral S.A. Seguros e Previdência (Vide nota explicativa nº 5.1.1), para cobertura de morte e invalidez permanente do participante. A cobrança dessa contribuição é feita pela Entidade e repassada à Seguradora, detentora do risco, líquida de uma comissão, equivalente a 10% dessa contribuição, cobrada pela Entidade.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Entidade estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001 e as práticas contábeis brasileiras aplicáveis.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante.

O OABPREV-SP apresenta mensalmente balancetes, do Plano de Benefícios, e do plano de Gestão Administrativa, segregando os registros contábeis do plano de benefícios previdências administrados pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. Os balancetes mensais são consolidados por trimestre civil para envio ao órgão fiscalizador.

Mudanças de critérios e procedimentos contábeis

A Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 revogou a Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009 e Resolução CNPC nº 01 de 03 de março de 2011. Dessa forma foram efetuadas as reclassificações nos quadros demonstrativos contábeis e notas explicativas.

A entidade está apresentando os valores referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, de forma comparativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, de acordo com os modelos previstos na Resolução acima citada, adequando todos os seus procedimentos. Esses valores foram reclassificados e estão sendo apresentados de acordo com o novo padrão contábil. Adicionalmente, os referidos valores também foram contemplados nas novas demonstrações instituídas pelos normativos.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

A Mutação do Ativo Líquido passou a ser chamada Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, que passou a ter informações complementares àquelas divulgadas no exercício anterior.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A contabilidade do OABPREV-SP é elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais administrado pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

O OABPREV-SP adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas em Notas Explicativas, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis.

Todos os lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

Os registros relativos a contribuições de participantes vinculados ao plano instituído são escriturados com base no regime de caixa, de acordo com item 8.1 do anexo C da Resolução CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011.

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta das despesas comuns à administração previdencial e de investimentos.

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão resumidas a seguir:

a) *Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas*

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

b) Provisões Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial

São apuradas com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários contratados pela OABPREV-SP e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos seus beneficiários.

O cálculo atuarial das provisões matemáticas foi elaborado pela Data A Consultoria S/S Ltda. A tábua de mortalidade utilizada foi a AT-2000, segredada por sexo.

Os pareceres atuariais para a data-base de 31 de dezembro de 2011 e de 2010 foram emitidos em 14 de fevereiro de 2012 e 02 de março de 2011, respectivamente.

- **Benefícios concedidos**
Consiste no valor atual dos benefícios a serem pagos aos participantes e beneficiários já em gozo do benefício.
- **Benefícios a conceder**
Corresponde às contribuições individuais dos participantes.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2011 e 2010, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem a mensuração dos investimentos a valor justo e as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo.

d) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio segregado dos planos de benefícios previdências.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

As despesas administrativas da OABPREV-SP são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a OABPREV-SP utiliza o seguinte critério:

- **Receitas:** alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- **Despesas Específicas:** alocadas diretamente ao plano que as originou.

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta das despesas comuns à administração previdencial e de investimentos.

e) Realizável

• **Gestão Previdencial**

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições, dos participantes.

• **Gestão Administrativa**

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa e dos depósitos judiciais/recursais da gestão administrativa.

• **Fluxo dos Investimentos**

Os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da Administração na data de aquisição.

A classificação e a avaliação dos títulos e valores mobiliários estão assim definidas:

○ Títulos para negociação – Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

○ Títulos mantidos até o vencimento – Os títulos e valores mobiliários para os quais haja a intenção e capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

A Entidade não possui em sua carteira títulos classificados como mantidos até o vencimento, bem como não participa de operações com instrumentos financeiros derivativos.

A carteira de investimentos da Entidade é administrada por terceiros. Os títulos encontram-se custodiados em instituições financeiras, na Central de Custódia e Liquidação de Títulos Privados - CETIP, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

A gestão da carteira do FUNDO compete à ICATU VANGUARDA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça 22 de Abril nº 36, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 68.622.174/0001-20, autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 2192, expedido em 22 de outubro de 1992.

f) Exigível Operacional

São registrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestação de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais.

g) Imposto de renda e PIS/COFINS

Em 29 de dezembro de 2004, o Governo Federal sancionou a Lei nº 11.053 que dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005, e, a partir desta data, a Entidade passou a oferecer aos seus participantes a opção de tributação pelo regime regressivo ou regime progressivo, sendo esse último já utilizado em anos anteriores.

A partir de 1º de janeiro de 2005, de acordo com o artigo 5º da referida Lei, ficam dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de Entidades de Previdência Complementar. A incidência do imposto de renda passou a ser sobre os benefícios e resgates pagos a participantes do plano da fundação, de acordo com as regras dispostas na Lei nº 11.053/04.

PIS/COFINS - Calculadas às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitado aos rendimentos das aplicações proporcionadas pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

4 - ATIVO**4.1 Disponível**

O Disponível está representado por depósitos à vista nas seguintes instituições financeiras:

	2011	2010
Caixa Geral da Administração	1	-
Banco Bradesco	1	107
Banco do Brasil	-	182
Nossa Caixa	-	211
Banco Santander	662	2.803
Total	665	3.303

4.2. Realizável

Investimentos

Os investimentos são efetuados de acordo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos. A Entidade classificou os títulos e valores mobiliários que compõem os investimentos como títulos para a negociação, conforme demonstrado a seguir:

- Composição por prazo de vencimento

2011			
	Natureza	Sem vencimento	Total
Renda fixa			
Cotas de fundos de investimento	Privada	138.717	138.717
Renda Variável			
Cotas de fundos de investimento	Privada	23.381	23.381
Total		162.098	162.098

2010			
	Natureza	Sem vencimento	Total
Renda fixa			
Cotas de fundos de investimento	Privada	109.774	109.774
Total		109.774	109.774

- Composição da Carteira

2011			
	Quantidade de Cotas	Valor Unitário	Total
Investimentos			
Fundos de Investimento			
Fundo de Investimento Multimercado - OABPREV-SP	135.814	1,1935	162.098

2010			
	Quantidade de Cotas	Valor Unitário	Total
Investimentos			
Fundos de Investimento			
Fundo de Investimento Multimercado - OABPREV-SP	101.200	1,0847	109.774

A distribuição dos recursos entre as classes de ativos é feita através do Icatu Vanguarda Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado OABPREV-SP, CNPJ 11.392.037/0001-29, gerido pela Icatu Vanguarda Administradora de Recursos Ltda. e administrado pelo BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM.

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 4/2002, a Entidade classificou toda a sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria “Títulos para Negociação”, com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo com relação à data de aquisição, os quais são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício.

5 - PASSIVO

5.1. Exigível Operacional

5.1.1. Gestão previdencial

	2011	2010
Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A (Vide nota explicativa nº 1.6)	1.655	1.274
Impostos a recolher	94	55
Outras exigibilidades	4	12
Total	1.753	1.341

5.2. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas por atuário, em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC (Atuário Responsável Data A Consultoria S/S Ltda. - Parecer datado de 14/02/2012).

As provisões matemáticas apresentam os seguintes saldos:

Benefícios concedidos	2011	2010
Contribuição definida		
Saldo de contas dos assistidos	6.557	6.209
Benefícios a conceder		
Contribuição definida		
Saldo de contas - parcela participantes	150.469	103.138
Total	157.026	109.347

5.3. Fundos

Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é formado pela diferença apurada entre as fontes de receita e custeio e as despesas do Plano de Gestão Administrativa e apresenta a seguinte movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Saldo em 31/12/2011
Fundos			
Fundo Administrativo	2.347	1.458	3.805
Total	2.347	1.458	3.805

6 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas relativas ao plano eram custeadas pelos participantes ativos, assistidos, licenciados e remidos, bem como pelos beneficiários, por meio de uma contribuição mensal equivalente a 2% do total das contribuições básicas e eventuais até o mês de novembro de 2010. A partir de dezembro de 2010 esta contribuição adicional foi reduzida a 0% (zero). O Custeio das despesas com a administração dos investimentos é deduzido da Rentabilidade do plano, impactando no valor das cotas.

7 - RENTABILIDADE DO PLANO (“NÃO AUDITADO”)

A rentabilidade líquida acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, obtida pela aplicação do patrimônio da Entidade, foi de 8,61% (9,71% em 2010), calculada com base na variação das cotas.

São Paulo, 19 de Março de 2012.

Luis Ricardo Marcondes Martins
Diretor Presidente

João Laercio de Amorim
Contador CRC-SC 017.046/O-2

COMENTÁRIO FINAL

A carteira de investimentos do plano de benefícios da OABPrev-SP acumulou no ano de 2011 retorno de 8,61%. Este resultado ficou em linha com o perfil de risco adotado ao longo do período; sendo que 85% dos recursos foram investidos em ativos de renda fixa, majoritariamente em títulos do Tesouro Nacional, e os demais 15% foram investidos em ativos de renda variável. Neste mesmo período, a rentabilidade da caderneta de poupança foi 7,50% e do IPCA foi de 6,50% no ano.

A OABPrev-SP, com o objetivo de acompanhamento e otimização da performance dos investimentos, contratou a Empresa Aditus, uma das mais conceituadas consultorias de Investimentos do mercado e que inclusive tem assessorado a Entidade na elaboração e aperfeiçoamento da Política de Investimentos para os próximos anos.

INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO

PLANO DE BENEFÍCIOS DO ADVOGADO - PREVER

1. ESTATUTO

Foi aprovado por meio da Portaria nº 472, publicado no Diário Oficial da União em 29/08/2011, a alteração do Estatuto Social da Entidade.

2. REGULAMENTO DO PLANO

Não houve alteração no regulamento do Plano de Benefícios do Advogado – PREVER no ano de 2011.

O Regulamento vigente do plano e o Estatuto Social estão disponíveis para consulta no site www.oabprev-sp.org.br, no menu principal, na opção “Institucional” e, em seguida, em “Documentos”.

INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2012

PLANO DE BENEFÍCIOS DO ADVOGADO - PREVER

1. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício: 2012

Data da aprovação pelo Conselho Deliberativo: 21/12/2011

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: Marco Antonio Cavezzale Curia

Mecanismo de informação da política aos Participantes: Relatório Anual

2. CONTROLE DE RISCOS

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

2.1. RISCO DE CRÉDITO NA DIVERSIFICAÇÃO POR EMISSOR

Em pessoas jurídicas ou conglomerados: 10%

Em Patrocinadoras e ligadas: 10%

ATIVOS DE RENDA FIXA	BAIXO RISCO	MÉDIO RISCO	ALTO RISCO
Pessoa jurídica não financeira	10%	3%	0%
Instituição financeira	10%	3%	0%
FIDC	10%	3%	0%

3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

SEGMENTO	INDEXADOR	ALVO MACRO ALOCAÇÃO	CARTEIRA	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALVO
Renda fixa	CDI	85%	Baixo risco de crédito	30%	100%	85%
			Médio e alto risco de crédito	0%	20%	0%
Renda Variável	IBrX	15%	Ações de mercado (*)	0%	30%	15%
			Participações	0%	0%	0%
			Outros ativos	0%	0%	0%

*Os investimentos classificados no segmento de renda variável devem observar, em relação aos recursos de cada plano, o limite de até setenta por cento, observados adicionalmente os seguintes limites:

I - até setenta por cento em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa;

II - até sessenta por cento em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 2 da BM&FBovespa;

III - até cinquenta por cento em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Bovespa Mais da BM&FBovespa;

IV - até quarenta e cinco por cento em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 1 da BM&FBovespa;

V - até trinta e cinco por cento em ações de emissão de companhias abertas não mencionadas nos itens I a IV, bem como em cotas de fundos de índice referenciados em ações admitidas à negociação em Bolsa de Valores;

VI - até vinte por cento em títulos e valores mobiliários de emissão de SPE;

VII - até três por cento nos demais investimentos classificados no segmento de renda variável.

4. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A principal característica da política de investimentos da OABPREV-SP é o seu horizonte de longo prazo, compatível com o prazo de investimento de um plano de aposentadoria. Por isso, essa política baseia-se principalmente em uma estimativa de retornos reais e volatilidades de longo prazo para os benchmarks de cada segmento de aplicação. Isso significa que no curto prazo a OABPREV-SP pode não ter a melhor rentabilidade dentre os investimentos disponíveis no mercado, mas no longo prazo a OABPREV-SP está otimizando suas aplicações.

PROJEÇÃO 2012 – INDICADORES*	2012
PIB (%)	3,8
IGPM (%)	5,25
US\$ final (R\$/US\$)	1,85
SELIC média (%)	10,44

*Fonte: Icatu Seguros (Data base: 11/2011)

A OABPREV-SP, na execução e acompanhamento da política de investimentos, pode se utilizar dos cenários de curto prazo para fazer suas microalocações (escolha de ativos específicos, como ações, títulos de renda fixa etc.) e para escolher a participação de cada segmento (renda fixa, renda variável, empréstimos e imóveis) dentro dos limites aprovados.

RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A OABPREV-SP acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da rentabilidade da carteira e a minimização de riscos inerentes ao processo de gestão.

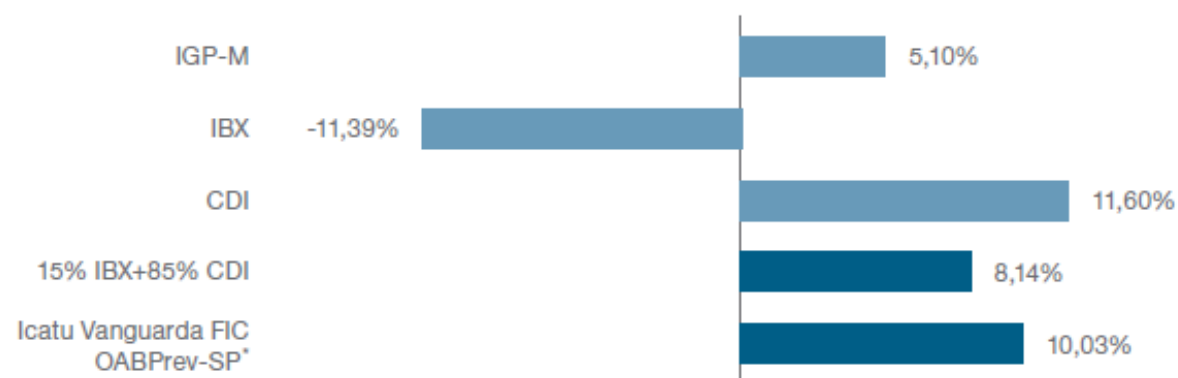
A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos na carteira do plano, desde que os limites e procedimentos descritos na Resolução CMN nº 3.792, de setembro de 2009, na política de investimentos do plano e na regulamentação da CVM sejam respeitados.

Na implementação da política, utiliza-se um Fundo de Investimento em Quotas (FIQ), que aplica em diversos Fundos de Investimento (FIs).

Os recursos do plano em 31/12/2011 estavam aplicados conforme quadro abaixo (valores em milhares de reais):

ALOCÇÃO	2011		2010	
Renda variável	R\$ 23.391	14,43%	R\$ 12.492	11,38%
Renda fixa	R\$ 138.707	85,57%	R\$ 97.282	88,62%
Total	R\$ 162.098	100,00%	R\$ 109.774	100,00%

RENTABILIDADE ACUMULADA JAN/11 A DEZ/11



Os recursos do Plano estão alocados no Icatu Vanguarda FIC OABPrev-SP. Conforme a Política de Investimento do Plano, este fundo busca uma alocação-alvo de 15% em renda variável (IBX) e 85% em renda fixa (CDI). Descontando-se as despesas do Plano, chegamos a uma rentabilidade líquida de 8,61% em 2011.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

**Aos Diretores, Participantes e patrocinadoras do
Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos advogados de São Paulo
– OABPREV-SP
São Paulo**

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de assistência dos advogados de São Paulo – OABPREV-SP (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, mutações do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotada no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela superintendência nacional de previdência Complementar – PREVIC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos os auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidencia a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevantes demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstancias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses seus controles internos. Uma auditoria incluiu, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acredito que a evidência de auditoria obtida é suficiente para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de assistência dos advogados de São Paulo – OABPREV-SP em 31 de dezembro de 2011, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

São Paulo, 19 de Março de 2012.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Celso de Almeida Moraes

Contador CRC nº1 SP 124669/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA SECCIONAL DE SÃO PAULO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL E DA CAASP – CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO – OABPREV-SP EXERCÍCIO 2011

O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPrev-SP no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 42 do Estatuto, em reunião ordinária, realizada em 29 de março de 2012, analisou os relatórios da Auditoria Independente e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e constatou-se e foram praticados com os princípios gerais de governança, aos preceitos da legislação e ao Estatuto da Entidade, estando adequadamente refletidos em seus aspectos relevantes e nas práticas contábeis, que foram elaboradas em consonância com as práticas adotadas no Brasil.

Após análise dos documentos acima referidos, o Conselho Fiscal conclui que os documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Entidade. Este Conselho, portanto, recomenda que as contas da Diretoria Executiva – exercício do ano de 2011, sejam aprovadas sem restrições pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPrev-SP.

São Paulo, 29 de março de 2012.

Aparecida Ribeiro Garcia Pagliarini
Presidente do Conselho Fiscal

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA SECCIONAL DE SÃO PAULO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL E DA CAASP – CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO – OABPREV-SP EXERCÍCIO 2011

Quanto às Demonstrações Contábeis e de Resultado da OABPrev-SP, referente ao exercício de 2011: Em reunião de 29 de março de 2012, o Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP – Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – OABPrev-SP, no uso das competências de que trata Art. 32 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis e de Resultado da OABPrev-SP, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as atividades administrativas obedeceram aos dispositivos estatutários da OABPrev-SP e aos princípios legais, e que as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no exercício examinado, razão pela qual aprova as Demonstrações Contábeis e de Resultado referentes ao exercício de 2011.

São Paulo, 29 de março de 2012.

Dr. Jarbas Antonio de Biagi

Presidente do Conselho Deliberativo

GLOSSÁRIO

Balanço Patrimonial: o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanço Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), onde o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos, e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): a DMPS   o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modifica es que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

Demonstra o da Muta o do Ativo Líquido (DMAL): a DMAL   o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentac o do ativo líquido por meio das adic es (entrada) e deduc es (saídas) de recursos.

Demonstra o do Ativo Líquido (DAL): a DAL   o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composi o do Ativo, Obriga es e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstra o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): a DPGA   o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentac es que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

Demonstra o das Obriga es Atuariais do Plano (DOAP): a DOAP   o demonstrativo contábil que evidencia a composi o do patrimônio de cobertura do plano de benefícios e apresenta, de forma an tica, as altera es realizadas nas provisões matemáticas e no equilíbrio técnico.

Demonstrativo de Investimentos: o Demonstrativo de Investimentos apresenta a aloca o dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legisla o vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos dos planos e a diferença quando comparado   meta atuarial, os custos de gestão dos investimentos e as modalidades de aplica o.

Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis: as Notas Explicativas acompanham as demonstra es contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis utilizadas, os critérios adotados na apropria o dos recursos e na avalia o dos elementos patrimoniais. Além das informa es já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Política de Investimentos: a Política de Investimentos   responsável por definir as principais regras e condi es para aplica o dos recursos da Entidade e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política   elaborada anualmente e deve considerar em sua elabora o os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para defini o dos investimentos de médio e longo prazos.

Parecer do Auditor Independente: o Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parecer Atuarial: o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo.

Parecer do Conselho Fiscal: o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste Conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Manifestação do Conselho Deliberativo: a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.

ANEXO

PARECER ATUARIAL